

NAÇÕES UNIDAS

A

Assembléia Geral

Distr.
GERAL

A/HRC/8/27
22 de Maio de 2008

Original: INGLÊS

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS
Décima oitava sessão
Item 6 da Agenda

REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL
Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal
Brasil *

* Previamente lançado pelo documento com símbolo A/HRC/WG.6/1/BRA/4; pequenas revisões foram realizadas sob a autoridade do Secretariado do Conselho de Direitos Humanos, com base nas mudanças de edição realizadas pelos Estados durante o procedimento *ad referendum*. O Anexo foi circulado tal qual como recebido.

A tradução para o português foi realizada voluntariamente por Marcela Magalhães, selecionada para realizar o serviço por meio de uma parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos da

Presidência da República e o Programa de Voluntários das Nações Unidas. A Secretaria de Direitos Humanos revisou a tradução. Esse documento não consiste em uma tradução oficial.

CONTEÚDO

	Parágrafo	Página
I. INTRODUÇÃO _____	01-04	3
II. RESUMO DOS PROCEDIMENTOS DO PROCESSO DE REVISÃO ____	05-82	3
A. Apresentação do Estado sob revisão _____	05-23	3
B. Diálogo interativo e as respostas por parte do Estado sob revisão ____	24-82	6
III. CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES _____	83-84	16
IV. COMPROMISSOS VOLUNTÁRIOS DO ESTADO SOB REVISÃO ____	85	18
Anexo		
Composição da delegação _____		19

I. Introdução

1. O Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal (RPU), estabelecido em conformidade com a resolução 5/1 de 18 de Junho de 2007 do Conselho de Direitos Humanos, realizou sua primeira sessão de 7 a 18 de Abril de 2008. A revisão do Brasil foi realizada na 9ª reunião em 11 de abril de 2008. A delegação brasileira foi chefiada pelo Sr. Rogério Sottili, Secretário Executivo da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Para a composição da delegação, formada por 16 membros, ver anexo abaixo. Na sua 13ª reunião realizada em 15 de abril de 2008, o Grupo de Trabalho aprovou o presente relatório sobre o Brasil.

2. Em 28 de Fevereiro de 2008, o Conselho de Direitos Humanos selecionou o seguinte grupo de relatores (tróica) para facilitar a revisão do Brasil: Gabão, Arábia Saudita e Suíça.

3. De acordo com o parágrafo 15 do anexo da resolução 5/1, os seguintes documentos foram emitidos para a revisão do Brasil:

(a) O relatório nacional submetido de acordo com o parágrafo 15 (A/HRC/WG.6/1/BRA/1);

(b) A compilação elaborada pelo Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (EACDH), de acordo com o parágrafo 15 (A/HRC/WG.6/1/BRA/2);

(c) O resumo preparado pelo EACDH, de acordo com o parágrafo 15 (c) (A/HRC/WG.6/1/BRA/3).

4. Uma lista de perguntas preparadas com antecedência pela Irlanda, Alemanha, Portugal, Itália, Dinamarca, Suécia foi transmitida ao Brasil por meio da Tróica. Estas perguntas estão disponíveis na extranet da Revisão Periódica Universal.

II. RESUMO DOS PROCEDIMENTOS DO PROCESSO DE REVISÃO

A. Apresentação do Estado sob revisão

5. Na 9ª reunião, realizada em 11 de abril de 2008, o chefe da delegação do Brasil, Sr. Rogério Sottili, Secretário Executivo da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, apresentou o seu relatório nacional.

6. Sr. Sérgio Abreu e Lima Florêncio, Embaixador, Vice - Representante do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, lembrou os compromissos voluntários do Brasil em participar da RPU de uma forma construtiva e transparente e enfatizou sua confiança de que a RPU irá reforçar os princípios da universalidade, da indivisibilidade e da não-seletividade. O Sr. Rogério Sottili, chefe da delegação, Secretário Executivo da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, também destacou a confiança na construção de um novo sistema.

7. O grande território do Brasil (mais de 8,5 milhões de km²) e a população (187 milhões) foram mencionados como indicativos dos desafios relativos à execução de políticas de Direitos Humanos.

8. A delegação do Brasil enfatizou que a elaboração do relatório nacional resultou de consultas a diferentes órgãos e ofereceu a oportunidade de uma reflexão interministerial sobre os desafios dos direitos humanos no Brasil. Neste contexto, várias consultas foram realizadas com a participação de representantes da sociedade civil e de Conselhos Nacionais. Tais consultas levaram à uma audiência pública no Senado Federal e as contribuições de todos envolvidos refletiram no relatório nacional.

9. O Brasil estava ciente da necessidade de avançar em direção à realização integral dos Direitos Humanos e incluir os Direitos Humanos em todos os instrumentos normativos, apesar de reconhecer que a legislação sozinha não é capaz de garantir a sua implementação.

10. O Brasil também estendeu o convite permanente para todos os procedimentos especiais, muitos dos quais visitaram o Brasil nos últimos anos. O Brasil também tem mantido uma estreita relação com os mecanismos dos órgãos de tratados.

11. O crescimento econômico, a estabilidade e o desenvolvimento social sob a administração do presidente Lula têm sido cruciais para o fortalecimento de um diálogo com a sociedade civil. Dentro de seus programas sociais, abrangendo o Programa de Transferência de Renda “Bolsa Família”, o país alcançou o primeiro dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, incluindo a redução da pobreza extrema pela metade até 2015. Entre 1990 e 2005, a pobreza extrema foi reduzida de 28 por cento a 16 por cento e a redução da pobreza de 52 por cento a 38 por cento. Em termos absolutos, entre 2003 e 2005, cerca de 10 milhões de brasileiros cruzaram a linha de pobreza. A desigualdade de renda também foi reduzida. Até o momento, cerca de 45 milhões de pessoas - um quarto da população - são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

12. O Brasil salientou que o ano de 2008 foi marcado pelo sexagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do 120^o aniversário da abolição da escravatura, ambos parte da luta contínua do país contra a discriminação e o racismo. Em outubro deste ano, o Brasil vai comemorar 20 anos do Estado de Direito, como base na consolidação da cultura da cidadania democrática e da prevalência dos Direitos Humanos.

13. No entanto, o país continua a enfrentar a violência e muitas formas de exploração, incluindo casos de trabalho forçado e exploração sexual, inclusive de crianças e adolescentes. No âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, planos de ação para superar esses problemas já foram postos em prática já que as crianças e os adolescentes estão entre as prioridades do Governo.

14. A delegação do Brasil informou que a Conferência Nacional de Direitos Humanos e uma Conferência sobre Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) acontecerão este ano, envolvendo mais de 30 organizações não governamentais. O Brasil também vai sediar a Terceira Conferência Mundial de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com participação prevista de 130 países, assim como a Conferência Preparatória Regional de 2008 para a Conferência de Revisão de Durban em 2009. A delegação brasileira adicionou que existem hoje no Brasil 35 Conselhos da República com participação social.

15. O Brasil reconheceu os progressos alcançados na área dos Direitos Humanos, mas também admitiu seus desafios remanescentes. Sublinhou a necessidade de acelerar os trabalhos no combate à tortura, uma prática inaceitável mas ainda presente, e um crime que sem limitações legais aplicáveis de acordo com a Constituição. O Brasil salientou a sua preocupação com relatos de tortura em nível internacional em casos de investigações sobre terrorismo. O Brasil também notou a necessidade de melhorar o sistema de proteção aos defensores dos Direitos Humanos em todo o país.

16. No contexto do sexagésimo aniversário da Declaração Universal, o Brasil propôs a criação de metas voluntárias em Direitos Humanos decorrente de uma iniciativa dos Estados do MERCOSUL. O Brasil está comprometido com a disseminação da idéia básica dos Direitos Humanos e dos artigos da Declaração Universal entre a população brasileira.

17. A Sra. Rosilene Rocha, Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sublinhou o papel central desempenhado pela proteção social na redução da pobreza extrema, e que o Brasil criou o Ministério que ela estava liderando. Em 2003, o programa Fome Zero levou à criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional aprovada pelo Congresso Nacional em 2006 e do Programa de Aquisição de Alimentos.

18. O Programa Bolsa Família e o Programam Beneficios (*sic*) levaram à redução da desigualdade para 28 por cento. O Programa Bolsa Família consistiu no acesso à transferência de renda, à educação e à saúde, com o intuito de quebrar o ciclo da pobreza e empoderar as famílias pobres. Este programa alcançou 11 milhões de pessoas, incluindo 100 mil famílias.

19. O Sr. Pedro Abramovay, Subsecretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, referiu-se à violência como um problema sério. Ele afirmou que mais de 40.000 homicídios ocorreram no último ano e mais de 420 mil pessoas estão atualmente na prisão, embora tenha havido uma redução de 20 por cento no número de homicídios desde 2003 e uma diminuição na taxa de crescimento da população carcerária desde 2007. Neste sentido, o Brasil lançou um programa nacional de segurança pública (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI). Noventa prisões para jovens e mulheres foram criadas com o objetivo de fornecer educação e reinserção social. Bolsas também serão dadas aos policiais de baixa renda sob a condição de frequentarem cursos de formação em Direitos Humanos. Nas regiões mais perigosas do país, programas sociais combinados com programas de resolução pacífica de conflitos serão implementados.

20. O Sr. Rolf Hachbart, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, observou que o Brasil tem grandes reservas de água, energia e recursos de biodiversidade, com amplas possibilidades de promover o desenvolvimento sustentável. Estas medidas visam construir novos modelos agrícolas, visando a proteção do ambiente e o fim da violência gerada por disputas de terra, particularmente das terras públicas das populações indígenas e afrodescendentes. Ele também mencionou o objetivo do Governo brasileiro de incluir 100 mil famílias no Programa Nacional de Reforma Agrária.

21. Sobre as questões de gênero, a Sra. Ana Paula Gonçalves, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, afirmou que a secretaria especial para a promoção das mulheres foi criado em 2003 com status ministerial para assistir o presidente sobre questões

relacionadas às mulheres. A violência contra as mulheres foi um tema central na Secretaria, cujas ações centraram-se no fortalecimento de uma rede de assistência às mulheres, incluindo treinamentos, promoção da nova legislação e processos judiciais. Até o momento, 49 tribunais especializados em violência doméstica estavam operando como resultado da lei de violência contra as mulheres (Lei Maria da Penha).

22. Para concluir a declaração de abertura do Brasil, a Sra. Marcia Canário, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, reconheceu a longa história de discriminação do Brasil, mas também ressaltou o seu firme compromisso em eliminar essa injustiça. Para este fim, o Brasil adotou uma série de medidas políticas, administrativas e legislativas para promover a igualdade de oportunidades e o acesso aos bens públicos. A secretaria especial foi criada para promover o acesso à educação, à saúde, ao trabalho e à terra para todos os grupos étnicos e raciais, uma vez que o Brasil está comprometido com o resultado da Conferência de Durban.

23. No decorrer de sua apresentação, a delegação brasileira concordou que existe a necessidade de incluir os Direitos Humanos em todos os seus instrumentos normativos, de acelerar os trabalhos de combate à tortura e de melhorar o sistema de proteção aos defensores dos Direitos Humanos. Ela também afirmou que crianças e adolescentes estão entre as prioridades do Governo. Neste sentido, o Brasil realizará a Terceira Conferência Mundial de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O Brasil concorda com as medidas destinadas de construção de novos modelos agrícolas. O Brasil, finalmente, reiterou o seu firme compromisso em eliminar a injustiça da discriminação.

B. Diálogo Interativo e as Respostas por parte do Estado sob Revisão

24. Durante o diálogo interativo que se seguiu, uma série de delegações cumprimentaram o compromisso do Brasil e suas realizações. O Brasil também foi elogiado pela alta qualidade de sua apresentação e do seu relatório nacional, bem como pela abordagem participativa e aberta adotada no tocante à elaboração de tal relatório. Muitas delegações enaltecem o reconhecimento do Brasil de seus desafios e problemas. Durante o diálogo interativo, 44 delegações fizeram declarações.

25. Sobre a questão da discriminação contra as mulheres com base em sua idade e sua origem étnica e rural, a Eslovênia perguntou sobre as medidas concretas tomadas pelo Governo para acabar com tais discriminações e para melhorar o baixo número de mulheres que recebem pensões. A Eslovênia também questionou sobre as ações do governo desenvolvidas para reduzir o suposto número de adolescentes privados de liberdade, já que tal fenômeno cresceu 325 por cento entre 1996 e 2006, e este é um sinal muito preocupante. A Eslovênia solicitou ao Brasil que forneça informações sobre os progressos em questões de gênero e recomendou que a perspectiva de gênero seja totalmente integrada ao processo de acompanhamento da RPU.

26. A Colômbia considerou a igualdade de gênero como uma das prioridades das políticas públicas. A Colômbia referiu-se à experiência do Brasil na luta contra a violência doméstica familiar e a violência contra as mulheres com grande interesse. Solicitou mais detalhes sobre os fatores que favoreceriam a implementação do Pacto Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. A delegação indicou que a Colômbia promoveu a RPU como uma oportunidade de intercâmbio das melhores práticas e com o intuito de facilitar a cooperação horizontal entre os Estados que

enfrentam os mesmos problemas. Neste sentido, a preparação do Brasil para a RPU constitui um excelente exemplo.

27. China reconheceu os grandes avanços do Brasil para reduzir a pobreza e por tratar de planejamento familiar, educação, alimentação, saúde e discriminação racial. A China desejou que esse progresso continue e solicitou informações sobre o Sistema Único de Saúde, especificamente perguntando sobre como ele funciona e as áreas que necessitam de melhoria.

28. O Azerbaijão acolheu a emenda constitucional de 2005 e ressaltou a adoção do Programa Nacional de Direitos Humanos. Ele apreciou o envolvimento da sociedade civil nesse processo e as boas práticas na organização de Conselhos Nacionais de Direitos Humanos. O Azerbaijão também elogiou os passos dados pelo Governo no sentido de garantir os direitos da mulher, eliminar a desigualdade de gênero e a violência doméstica. A delegação pediu ao Brasil para fornecer mais detalhes sobre a eficácia e os obstáculos enfrentados durante a criação das Secretarias Especiais em vários campos dos Direitos Humanos. O Azerbaijão também perguntou sobre as medidas a serem tomadas para acelerar a redução da desigualdade de gênero. Observando com reconhecimento a interação do Brasil com os procedimentos especiais de mandatos, o Azerbaijão solicitou informações adicionais sobre a relevância dos processos de reforma do sistema penal.

29. O Peru cumprimentou a promulgação pelo Brasil de algumas das leis mais progressistas da região, no que concerne à proteção dos Direitos Humanos. Quanto ao direito à memória e à verdade, ele também solicitou informações sobre a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, e se os resultados obtidos foram utilizados para identificar e processar os responsáveis pela violação dos Direitos Humanos. Reiterando a importância de os cidadãos terem acesso à informação pública, o Peru recomendou que o Brasil fizesse seu melhor para garantir que o Congresso aprovasse a lei neste seara.

30. A Índia referiu-se à iniciativa de desenvolver um sistema nacional de indicadores de Direitos Humanos como tendo implicações de longo alcance para além do âmbito nacional. A este respeito, a Índia queria saber o estado atual da proposta e projetos-piloto tinham sido realizados visando áreas específicas abrangidas pelo Programa Nacional de Direitos Humanos e se tais indicadores seriam utilizados pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos. A Índia também observou com interesse a emenda constitucional 2005 e manifestou interesse em saber sobre casos em que esta alteração tenha sido aplicada.

31. A Malásia reconheceu as conquistas do Brasil na saúde e na redução da pobreza, incluindo o seu compromisso em combater a Aids. Solicitou que o Brasil discutisse sobre a sua experiência em combater doenças pandêmicas e perguntou sobre as realizações do Brasil na educação, especificamente no que diz respeito à garantia de educação para os segmentos da população que vive em áreas remotas. A Malásia também solicitou informações sobre os progressos realizados em matéria de direitos das mulheres e de igualdade de gênero nos cargos dos poderes legislativo e executivo.

32. Gana parabenizou o Brasil pela criação de três secretarias especiais e por ter iniciado uma discussão desde 2007 visando criar um sistema nacional de indicadores de Direitos Humanos. Gana salientou que ainda mais louvável é a franqueza com a qual o Governo admitiu as falhas e as desigualdades no país, especialmente nas áreas de gênero, na distribuição de renda e nas

oportunidades para os afro-descendentes e outras minorias. Gana recomendou assistência ao Governo para enfrentar esses desafios. Em relação ao direito ao desenvolvimento da educação e do Plano de Desenvolvimento da Educação do Brasil no âmbito das estratégias de desenvolvimento que visam reduzir as desigualdades entre os grupos vulneráveis, Gana perguntou se tal Plano ou outras estratégias incluíram programas para combater a violência juvenil. Finalmente Gana quis ressaltar o compromisso contínuo do Governo para o programa de reforma agrária e para resolver a questão do abuso de poder e uso excessivo da força.

33. Cuba pediu que o Brasil fornecesse informações e detalhes sobre o programa Fome Zero, que considera um programa inovador de Direitos Humanos para implementar o direito à alimentação.

34. O Paquistão acolheu, inter alia, a metodologia utilizada para a elaboração do relatório nacional e o reconhecimento de dificuldades e desafios em relação à violência contra as mulheres, à desigualdade racial, à reforma agrária e às minorias. Ele perguntou ao Brasil sobre as razões para a falta de implementação e os passos que pretende tomar para resolver tal problema.

35. A Holanda apreciou a iniciativa do Brasil em tratar de sérios abusos dos Direitos Humanos pela Lei Federal e pediu uma atualização sobre o progresso dessa iniciativa. A Holanda se referiu ao relatório nacional e reiterou os desafios que o Brasil enfrenta para erradicação da tortura. A Holanda perguntou sobre medidas práticas que têm sido tomadas a este respeito e se um programa de proteção a testemunhas foi considerado. Se tal programa realmente for considerado, a Holanda manifestou seu interesse em ser atualizada em relação a seu progresso. Sugeriu que se a iniciativa de tratar de sérios abusos de Direitos Humanos pela Lei Federal ainda não foi realizada, o Brasil deve fazê-lo o mais cedo possível.

36. A República da Coreia elogiou a criação das três secretarias especiais de Direitos Humanos, das mulheres e de igualdade racial em 2003. Ela observou que um número de organizações internacionais de Direitos Humanos têm repetidamente chamado a atenção para violações dos Direitos Humanos das populações indígenas, a falta de segurança pública e as pobres condições de detenção no Brasil. Assim, a República da Coreia espera que o Brasil considere mais profundamente estas questões.

37. A República Árabe da Síria pediu que o Brasil compartilhasse seus conhecimentos e as suas melhores práticas de implementação do seu programa nacional de combate à fome e à pobreza.

38. A França elogiou o fortalecimento dos mecanismos legais de proteção dos Direitos Humanos desde a Constituição de 1988. Ela também observou os progressos consideráveis realizados sobre os direitos das crianças, apesar das dificuldades que subsistem nas grandes cidades e nos estados mais pobres. No entanto, a França enfatizou as propostas legislativas de emenda constitucional para reduzir a idade de responsabilidade penal. Referindo-se ao relatório nacional do Brasil, França registrou a ação levada a cabo pelo Governo para combater a pressão social que exige reformas deste tipo. A este respeito, a França quis saber quais rumos essas discussões levarão..

39. A Noruega reconheceu que a construção de uma sociedade democrática e baseada em direitos é um processo complexo que exige vontade política e tempo. Noruega particularmente mencionou como exemplos de boas práticas os esforços do Governo no combate ao trabalho infantil, na criação de um ministério para combater a discriminação racial, e na liderança do Brasil em questões de

orientação sexual e identidade de gênero. Em matéria de liberdades de opinião e expressão, embora salientando a proteção conferida pela Constituição, a Noruega afirmou que parece que os órgãos legislativos têm falhado em protegê-los adequadamente. Referindo-se ao relatório da sociedade civil, a Noruega observou ainda que a falta de pluralidade e a concentração da propriedade dos meios de comunicação ainda são relatados. Ela observou que milhares de rádios comunitárias ainda estão esperando para serem licenciadas e jornalistas que cobrem investigações sobre corrupção ou comportamento irregular por parte das autoridades públicas estão expostos a ameaças e a agressões físicas. Com base nessas informações, a Noruega perguntou que ações o Governo tomou ou pretende tomar para criar um quadro de proteção legal de acordo com os padrões internacionais para lidar com a questão da concentração da propriedade dos meios de comunicação, para acelerar a atribuição de licenças para rádios comunitárias e para investigar devidamente os casos de violência contra profissionais da mídia.

40. Em resposta à pergunta do Peru sobre o direito à memória, o Brasil se referiu à Lei 1140 de 1995 sobre a responsabilidade pelas mortes que ocorreram durante a ditadura. A Lei estabeleceu a Comissão de Desaparecimentos Políticos para avaliar os casos de mortes por motivos políticos durante a ditadura. Desde então, de 339 casos, 321 receberam indenização. Em 2007, uma comissão especial produziu um relatório resumindo o processo e os eventos em cada um desses casos, reconhecendo a responsabilidade do Estado por esses desaparecimentos. Em 2007, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Comissão sobre Desaparecimentos Políticos criou um banco de DNA para identificar aqueles que desapareceram e nunca foram localizados. Os principais desafios para a Comissão são localizar e acessar os arquivos, já que todos os arquivos do período da ditadura foram transferidos para o Arquivo Nacional. A delegação do Brasil destacou dois desafios críticos: (a) achar mais informações sobre a localização dos corpos dos que desapareceram durante a ditadura militar; e (b) a abertura de arquivos da ditadura ao público em geral. O Brasil acrescentou que, em 2005, todos os arquivos foram transferidos para o Arquivo Nacional para abordar o segundo desafio.

41. Brasil concordou com a Eslovênia, o Azerbaijão e a Colômbia que a violência contra mulheres e crianças ainda está presente no país. No entanto, dois planos nacionais foram criados em colaboração com a sociedade civil para reduzir a desigualdade e para integrar as questões de gênero nas políticas públicas. O Brasil também está modificando a sua legislação no que diz respeito à violência familiar e à violência contra as mulheres. O Brasil observou que está tomando ações integradas em conjunto com os governos estaduais e municipais para estabelecer indicadores sempre que a violência familiar ocorrer. Esta nova iniciativa abrange quatro áreas incluindo a exploração sexual e os direitos reprodutivos.

42. Em resposta ao Azerbaijão, à República da Coreia e à Noruega sobre assuntos jurídicos e penais, o Brasil concordou que testemunhou um grande aumento da população carcerária. No entanto, após uma nova lei sobre processo penal adotada em 2007, o crescimento da população prisional foi reduzido pela metade. Uma nova reforma também foi aprovada este ano para assegurar garantias de defesa.

43. Em resposta à pergunta da França sobre a responsabilidade criminal, o Governo brasileiro acredita que esta questão não será aprovada ou adotada. Sobre a tortura, o Brasil se referiu ao seu plano de 2006 para implementar e integrar um programa, incluindo um grande número de estados. Uma comissão nacional sobre tortura também foi criada com a participação da Secretaria Especial

de Direitos Humanos, o Ministério das Relações Exteriores e de ONGs. O Congresso também aprovou o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura. A delegação brasileira também se referiu ao desafio de estabelecer o Mecanismo Nacional de Prevenção de acordo com o Protocolo Facultativo.

44. Em resposta à China, à Cuba e à República Árabe da Síria, em relação ao programa Fome Zero, o Brasil destacou que esta era uma política de Governo transversal que envolveu os estados, os municípios e a sociedade civil, e que uma Secretaria Especial para Alimentação (sic) foi criada. As iniciativas para combater a fome incluem a criação de vários sistemas e o envolvimento de crianças em um programa de alimentação escolar, bem como o programa de abastecimento alimentar às populações indígenas. Referindo-se ao Sistema Único de Saúde, os serviços do Sistema Único de Saúde chegaram a 70 por cento da população brasileira, e os serviços incluem a distribuição de 130 milhões de vacinas, 2 milhões de procedimentos ambulatoriais e 11,3 milhões de internações hospitalares. O Brasil observou, no entanto, que a situação é ainda crítica e que esse setor requer investimento. O Brasil reconheceu a lacuna existente entre o acesso universal a serviços de saúde e a situação atual dos serviços de saúde. .

45. Em resposta à Malásia sobre a questão do HIV/AIDS, um programa com um orçamento de cerca de US \$ 800 milhões de dólares americanos por ano foi criado com sucesso atendendo à 184 mil pacientes. A necessidade de tornar o sistema mais flexível foi enfatizada. Em 2007, as disposições do Acordo Trips foram usadas para aumentar a oferta de medicamentos para pacientes carentes.

46. O Brasil enfatizou seu projeto para estabelecer um sistema nacional de indicadores sociais e também que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística está desenvolvendo uma pesquisa que permitirá aos especialistas ministrarem indicadores nos temas sociais.

47. A Austrália expressou o interesse em conhecer a visão do Brasil, suas abordagens e apoio às instituições nacionais de direitos humanos, questionando se o Brasil pretende estabelecer uma instituição de acordo com os Princípios de Paris.

48. A Argélia prestou homenagem especial ao Embaixador Florêncio por sua iniciativa em definir um conjunto de metas voluntárias em matéria de direitos humanos. A Argélia observou ainda que o relatório nacional mostra o sucesso do Brasil em reduzir a pobreza extrema pela metade no âmbito dos Objetivos do Milênio. Argélia também enfatizou que o relatório descreve os esforços do Brasil para cumprir o direito à alimentação, nomeadamente através da aprovação da Lei Orgânica de 2006 sobre Segurança Alimentar. A este respeito, a Argélia solicitou informações sobre as medidas concretas adotadas em relação à execução da presente lei. Finalmente, a Argélia indicou que, embora esta questão não tenha sido levantada no relatório, ainda quis prestar uma homenagem especial para o papel pioneiro do Brasil no desenvolvimento de biocombustíveis com base em produtos agrícolas não-comestíveis, em especial do bagaço da cana-de-açúcar. Argélia recomendou que o Brasil expanda esta experiência e preserve o direito à alimentação.

49. Notando os inúmeros relatos de policiais estaduais, civis e militares, envolvidos em execuções extrajudiciais, os Estados Unidos da América perguntou sobre as medidas tomadas pelo Brasil para processar indivíduos responsáveis por tais crimes e prevenir futuras ocorrências de assassinatos

extrajudiciais. Ele também perguntou sobre as medidas que o Brasil tomou para responder às denúncias de tortura nos sistemas penal juvenil e adulto, e para melhorar as condições das prisões.

50. A Federação da Rússia felicitou a redução da pobreza no Brasil e da desigualdade de renda, bem como as medidas para evitar as violações dos Direitos Humanos, como na área da segurança pública. De acordo com a Federação Russa, a prevenção da discriminação racial, a proibição da tortura, a segurança pública e a prevenção de execuções extrajudiciais devem continuar a ser prioridades para o Governo. A Rússia pediu mais detalhes sobre a aplicação prática de medidas para reduzir a violência urbana e para investigar casos de execuções extrajudiciais.

51. Embora reconhecendo progressos significativos do Brasil na área de educação, saúde, alimentação e combate à pobreza extrema, o Senegal sublinhou a necessidade de o Brasil continuar a proporcionar aos seus cidadãos afrodescendentes as mesmas oportunidades proporcionadas aos seus outros cidadãos para poder integrá-los plenamente na sociedade brasileira. O Senegal também solicitou informações detalhadas sobre as soluções previstas para resolver os problemas decorrentes da falta de estatísticas atualizadas em determinadas áreas relacionadas com as violações dos Direitos Humanos.

52. O Chile considerou o relatório nacional do Brasil um modelo excelente que dá substância para a revisão. Em relação aos direitos das mulheres e à violência contra as mulheres, Chile mencionou o desafio do Brasil em promover uma mudança cultural dos profissionais que aplicam a Lei Maria da Penha de 2006 e pediu ao Brasil para fornecer mais informações sobre este tópico. Chile também observou as numerosas medidas adotadas para combater à pobreza e à desigualdade social, e indicou que aprenderia muito com a implementação do Programa Bolsa Família. O Chile concordou com o Brasil que o direito à educação é um elemento fundamental no combate à pobreza, observou a taxa de escolarização elevada do Brasil para as crianças entre 7 e 14 anos, e perguntou sobre as medidas tomadas para garantir que as crianças não abandonem a escola.

53. A Argentina levantou questões sobre a implementação do Plano de Violência contra as Mulheres (sic) do Brasil, bem como seu programa Bolsa Família, e pediu mais detalhes sobre a legislação e o direito à memória e à verdade.

54. O Reino Unido recebeu, entre outros, o convite permanente do Brasil para receber os procedimentos especiais. Embora observando que a legislação dos direitos humanos no Brasil é em geral adequada, o Reino Unido indicou que a implementação no Brasil da política e da legislação em nível estadual e municipal é pobre. Perguntou como o Brasil avalia o sucesso de suas políticas na ausência de uma coleta sistemática de dados. O Reino Unido indicou que as prisões estão superlotadas e a manutenção é inadequada. Notou com preocupação os abusos de direitos humanos associados ao sistema de justiça criminal, particularmente dentro do sistema de justiça juvenil, bem como a violência relatada e as execuções extrajudiciais cometidas por policiais militares estaduais. O Reino Unido perguntou sobre a forma como o Brasil propõe a tratar dos abusos aos Direitos Humanos nos casos em que pode haver o apoio público para as situações que levam a abusos, como invasões de favelas pela polícia. Também indicou que há evidências de que elementos dentro da polícia e guardas prisionais continuam a torturar as pessoas sob sua custódia como forma de intimidação e punição, ou para extrair confissões, embora ressalte que alguns poucos casos tenham sido julgados. Sobre esta questão, o Reino Unido saudou a criação do Comitê Nacional para a Prevenção e Controle à Tortura (sic), em Junho de 2006, e está interessado em discutir mais os

mecanismos de monitoramento que o Comitê propôs. O Reino Unido manifestou-se particularmente preocupado com os relatos de casos em que defensores dos Direitos Humanos têm sido maltratados, perseguidos e, em alguns casos, assassinados. Finalmente, observou que apesar das intenções do Governo, tem sido difícil fazer progressos em questões fundamentais, incluindo a violência contra as mulheres, comunidades indígenas, violência rural e conflitos de terra, trabalho infantil e trabalho escravo. O Reino Unido acrescentou que há informes preocupantes de impunidade para aqueles envolvidos no tráfico de seres humanos e corrupção. Ele recomendou que o Governo, continuando suas iniciativas positivas em muitas destas áreas, invista com mais rigor na avaliação dos resultados das atividades planejadas.

55. O Sri Lanka elogiou a iniciativa do Brasil do lançamento das Metas Voluntárias dos Direitos Humanos no sexagésimo aniversário da Declaração Universal e observou os avanços significativos do Brasil em várias áreas, incluindo na luta contra a pobreza extrema. Sri Lanka também solicitou ao Brasil para aprofundar e compartilhar suas melhores práticas e estratégias para combater a pobreza extrema, bem como na gestão de doenças endêmicas.

56. A Guatemala elogiou a discussão em desenvolver um sistema nacional de indicadores de Direitos Humanos e pediu informações sobre as conclusões, nomeadamente sobre a viabilidade de tal sistema, após o primeiro seminário nacional realizado para analisar esta questão em dezembro de 2007. Guatemala também ficou impressionada com a taxa de frequência escolar de 97,4 por cento das crianças entre 7 e 14 anos e identificou esta taxa alta como um exemplo de boas práticas. A Guatemala perguntou sobre as medidas que foram tomadas, resultando em sucesso, bem como as eventuais dificuldades encontradas.

57. O Canadá solicitou informações adicionais sobre as medidas tomadas para promover e proteger os defensores dos Direitos Humanos. Observando também o baixo nível de participação das mulheres, a população de descendência afro-brasileira e os povos indígenas, o Canadá solicitou informações sobre as medidas tomadas para resolver estas questões.

58. Alemanha elogiou o abrangente relatório nacional do Brasil e a visão crítica demonstrada sobre os problemas existentes e focou em três áreas de destaque no relatório. Em primeiro lugar, observando que as condições das prisões são extremamente precárias e, tendo em conta os esforços já feitos pelo Governo, Alemanha perguntou ao Brasil que outras medidas pretende tomar para acelerar a melhora da situação. Em segundo lugar, a Alemanha questionou sobre as medidas previstas pelo Governo para melhorar rapidamente as condições de vida em instalações re-educacionais para os jovens. Em terceiro, indicou que outra área de preocupação identificada no relatório nacional é a violência cometida por oficiais de polícia. A este respeito, a Alemanha queria ouvir sobre o que o Governo pretende fazer para promover mudanças na estratégia e na cultura da violência e se pretende implementar as mais recentes recomendações do Relatório Especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias a fim de iniciar uma profunda reforma do sistema judiciário penal. Finalmente, a Alemanha indicou que a lei que permite que as violações dos Direitos Humanos cometidas em nível regional e estadual possam ser processadas pela justiça federal não produziu os resultados esperados desde a sua entrada em vigor em 2004. A Alemanha perguntou o que o Governo pretende fazer para garantir que o Judiciário contribuía de forma eficiente para acabar com a impunidade das violações dos Direitos Humanos. Alemanha recomendou que sejam tomadas medidas para melhorar as condições das prisões e que sejam

implementadas as recomendações feitas pelo Comitê contra a Tortura e pelo Comitê dos Direitos Humanos.

59. A Venezuela tocou na questão do direito à terra, das prioridades definidas pela reforma agrária a respeito da distribuição da terra e da assistência técnica e financeira aos agricultores. Ela solicitou mais informações sobre a reforma agrária e as reformas anteriores no âmbito do plano.

60. O Equador saudou a iniciativa que visa criar um sistema nacional de indicadores de Direitos Humanos que poderia servir de modelo. Equador solicitou que o Brasil indique seus principais desafios no que diz respeito ao Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente e como lidar com a questão das crianças de rua. Ele também perguntou se o Brasil considera o ensino bilíngue em seus planos de educação como um método para lutar contra a pobreza e consolidar a diversidade cultural.

61. A Palestina elogiou o sucesso do Brasil em termos de promoção da educação e sua valiosa experiência nesse domínio e perguntou sobre o compartilhamento de suas práticas com outros países.

62. A Bélgica elogiou o Brasil em sua posição sobre a abolição da pena de morte, bem como em sua posição sobre os direitos humanos, orientação e identidade sexuais. Felicitou o Governo por seus resultados na redução da pobreza, tornando o Brasil um dos poucos países a ter alcançado um dos Objetivos do Milênio com antecedência. Bélgica observou dificuldades persistentes e violações dos direitos humanos no campo da segurança pública, bem como os esforços feitos pelo Brasil para as resolver. Bélgica saudou a criação, em 2004 e 2007, respectivamente, de um programa nacional e de um plano nacional para a proteção dos defensores de direitos humanos. A Bélgica recomendou que o Governo prossiga e intensifique seus esforços para reduzir a pobreza e a desigualdade social. Também recomendou que o Brasil intensifique os seus esforços de segurança dos defensores dos direitos humanos e, neste sentido, de reforçar a cooperação com todos os interessados, em particular, os estados e os policiais militares. A Bélgica perguntou ao Brasil sobre as perspectivas para a implementação desta recomendação.

63. A Indonésia felicitou o Brasil por sua legislação de direitos humanos e solicitou esclarecimentos sobre várias áreas onde casos de abuso foram notificados, designadamente no que diz respeito aos direitos de crianças e das mulheres, o uso excessivo da força pela polícia e os casos de discriminação racial. Começando com os direitos da criança, a Indonésia se referiu à questão da detenção juvenil e perguntou sobre as políticas mais recentes desenvolvidas nesse campo. Sobre os direitos das mulheres, Indonésia mencionou os casos de discriminação contra as mulheres, especificamente de certas origens étnicas e rurais, induzindo ao despejo forçado de certos grupos étnicos e indígenas. A Indonésia reforçou sua preocupação no que diz respeito às más condições das prisões e centros de detenção onde os detidos foram sujeitos à tortura e a maus-tratos. A delegação da Indonésia questionou o Brasil sobre as medidas tomadas para combater a impunidade da polícia em casos de crimes de gangues envolvendo policiais abusivos especialmente em favelas, onde a violência policial é generalizada. Por último, a Indonésia enfatizou a preocupação sobre a disparidade racial existente no Brasil e o baixo impacto das atuais políticas para combater tais abusos.

64. O Japão saudou os esforços do Brasil para reforçar a cooperação regional na América Latina. Ele desejava ter mais informações sobre quão eficazes tem sido os esforços regionais do Governo na melhoria dos direitos humanos em nível nacional e coletivamente em outros Estados da região. O Japão também ficou impressionado com a forma como o Brasil refletiu sobre sua história passada do sistema de escravidão e seu reconhecimento de que este sistema afetou a discriminação social. O Japão observou os passos exemplares tomados pelo Brasil para enfrentar este problema. Ele perguntou se dados estatísticos ilustram o quanto a justiça tem sido alcançada em instituições educacionais. Por último, o Japão elogiou as ações do Brasil para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes e enalteceu o fato de que a Terceira Conferência sobre esta questão seja realizada no Brasil. O Japão gostaria de saber como o Governo encara a relação entre esta iniciativa e os seus esforços.

65. A Mauritânia solicitou mais detalhes sobre as medidas tomadas pelo Governo para combater a escravidão, especialmente no que diz respeito à escravidão da população afro-descendente.

66. A Nigéria enfatizou que é essencial para que o grupo vulnerável de africanos e afrodescendentes seja devidamente integrados na sociedade, o tratamento com dignidade e a terem oportunidades iguais em termos de educação, saúde, emprego, assistência e participação na arena política. Nigéria, enquanto encorajadora pelos esforços empreendidos para instituir programas de integração dos quilombos, indicou que ainda há muito a ser feito para fundamentalmente enfrentar esses desafios. Nigéria recomendou que o Brasil poderia proceder com maior ritmo na reforma agrária nas áreas remotas por meio de políticas públicas voltadas para melhorar a vida dos afrodescendentes e das minorias.

67. O México incentivou a criação de uma instituição nacional em conformidade com os Princípios de Paris e pediu uma atualização sobre o relatório do Brasil ao Comitê contra a Tortura e recomendou especificamente melhorar o acesso à justiça e o sistema judicial.

68. A Angola indicou sua preocupação sobre a paridade de gênero, especificamente sobre a pequena porcentagem de mulheres representadas, a nível sênior, em cargos federais legislativos e executivos. Referindo-se ao relatório nacional do Brasil, Angola mencionou o estigma racial contra as populações afrodescendentes e perguntou sobre as políticas legislativas adotadas pelo Brasil a este respeito. Angola também levantou a questão da educação e seu impacto instrumental no combate à pobreza e à exclusão social, e perguntou se a assistência técnica ajudaria o Brasil a melhorar os seus esforços nesse domínio.

69. Bangladesh notou com profunda admiração o sucesso do Governo em garantir os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos de todo o seu povo. Bangladesh apreciou o notável sucesso na redução da escala de extrema pobreza e no combate ao HIV/Aids. Como um país em desenvolvimento, Bangladesh também percebeu que o Brasil enfrenta muitos desafios. Indicou preocupações expressas por outras delegações sobre a violência doméstica, as disparidades no acesso a oportunidades socioeconômicas, particularmente pelas comunidades indígenas. Bangladesh observou que é reconfortante o fato de que o Governo tem tomado tais desafios a sério. Bangladesh perguntou ao Brasil sobre sua posição a respeito da recomendação do Comitê sobre os Direitos da Criança para solicitar assistência técnica na área da justiça juvenil e de formação policial, bem como para o estabelecimento de uma instituição independente e eficaz no âmbito dos Direitos Humanos.

70. O Egito perguntou sobre como o Brasil conciliou a elaboração de suas estatísticas desagregadas e o direito à privacidade dos indivíduos.

71. Marrocos saudou os esforços do Brasil para erradicar a pobreza, promover a educação e promover os direitos das mulheres. Também destacou a participação ativa do Brasil no Conselho de Direitos Humanos, principalmente no que diz respeito à iniciativa das metas voluntárias. Marrocos solicitou informações sobre que medidas inovadoras complementares o Governo contempla para melhor combater a pobreza. Desejava saber se existem garantias para o livre exercício da religião. Por último, referindo-se ao relatório nacional, solicitou mais informações sobre o sistema nacional de indicadores de direitos humanos.

72. A África do Sul ressaltou os esforços empreendidos pelo Brasil em diversos programas de direitos humanos, incluindo questões relacionadas à eliminação do racismo, xenofobia e intolerância. A África do Sul referiu-se ao programa do Brasil aprovado em 2004 para abordar a situação dos brasileiros afro-descendentes. A delegação também mencionou a Política de Tolerância Zero como uma boa prática sobre como lidar com as questões da fome, da desnutrição e da implementação do direito à alimentação. A África do Sul concluiu sua declaração, observando o impacto do programa Bolsa Família no combate à pobreza.

73. A Jordânia elogiou o Governo pela lei de 2006 sobre a violência doméstica e as ações afirmativas adotadas. A Jordânia insistiu para que o Brasil tome novas medidas a este respeito. Ela também perguntou quais as medidas práticas adotadas para alcançar a redução da pobreza.

74. A Bolívia demonstrou apoio a todos os esforços empreendidos pelo Brasil na sua promoção dos direitos humanos.

75. O Uruguai saudou o relatório nacional do Brasil, que demonstra um progresso considerável e reconhece a indivisibilidade dos direitos, bem como reconhece contínuas violações de direitos humanos. Também saudou a reforma agrária empreendida pelo Brasil. Uruguai recomenda maiores esforços em relação aos sistemas prisionais de vários estados da federação e que eles sejam transformados em centros de reabilitação.

76. Na sequência do debate, o Brasil respondeu ao Uruguai e a outras delegações sobre a reforma agrária e a violência no meio rural. Observou que a idéia de que a relação entre a produção de biocombustíveis e a redução na produção de alimentos básicos não corresponde à realidade. O Brasil observou que, simultaneamente, está aumentando tanto a produção de energias renováveis quanto a produção de alimentos para combater a fome. Notou-se que o possível aumento do preço dos alimentos no mundo é provavelmente causado pela centralização do capital dentro de certos grupos poderosos que estão dominando o mercado. A prioridade na reforma agrária será para promover a produção sustentável de um ponto de vista ambiental e social. Por meio da reforma agrária, o Brasil será capaz de reduzir o nível de violência no país.

77. Em resposta ao Marrocos, à África do Sul e à Jordânia, o Brasil observou que em matéria de educação e de pobreza extrema, as estratégias estão focadas na criação de programas sociais, na melhoria da reforma agrária e na infraestrutura de trabalho que levaria à criação de empregos e à melhoria na educação. O Brasil ressaltou que está centralizando seus esforços para reduzir a pobreza extrema e para eliminar as desigualdades. Desafios em matéria de qualidade têm sido

observados. Foi feita referência ao programa Bolsa Família, que atinge um grande número de crianças e visa aumentar a frequência escolar. Notou-se que os investimentos estão sendo feitos para criar novas oportunidades para a inclusão social. Capacitação e formação dos trabalhadores têm sido promovidos e têm sido envidados esforços para melhorar as taxas de emprego.

78. Em resposta à Mauritânia e à África do Sul, o Brasil observou que baseou a sua ação para a promoção da igualdade racial em estatísticas nacionais. Indicadores demonstram as causas dessa desigualdade. Quanto à educação, o Estado tem priorizado a história da África e dos povos indígenas com o objetivo de promover educação sobre como o Brasil foi formado. Quanto às crianças de povos indígenas, observou-se que o Brasil está buscando aumentar a frequência escolar no ensino superior. Existem atualmente 38 universidades públicas em 22 estados. Ações afirmativas estão sendo adotadas, incluindo o fornecimento de bolsas de estudo.

79. O Brasil agradeceu publicamente a oportunidade de apresentar a situação dos direitos humanos no país e de se engajar em um rico diálogo no âmbito da RPU. O Governo reconheceu os desafios na promoção de direitos. Devido a limitações de tempo, o Brasil comprometeu-se em responder às perguntas restantes durante a sessão plenária do Conselho de Direitos Humanos em junho, de acordo com o pacote de desenvolvimento institucional. O Brasil reiterou a sua confiança neste novo sistema e a sua esperança de que ele possa superar a seletividade.

80. A atenção foi uma vez mais chamada para o Governo do Presidente Lula, que se concentrou no crescimento econômico, na distribuição de renda e na justiça social. O compromisso do Brasil para a concretização de todos os direitos humanos também foi reiterado.

81. O Brasil afirmou que o exercício da RPU trouxe lições valiosas para o país, particularmente no processo de elaboração do relatório. O Brasil reconheceu os desafios apontados pela sociedade civil para implementar as recomendações de órgãos internacionais de controle.

82. O Brasil observou a sua disponibilidade em prosseguir na cooperação com o sistema das Nações Unidas como o faz com o sistema interamericano. Seu compromisso de cooperar com o Conselho de Direitos Humanos, particularmente a RPU, também foi reforçado. O Brasil manifestou a disponibilidade para trocar experiências e compartilhar informações.

III. CONCLUSÕES E/OU RECOMENDAÇÕES

83. As recomendações formuladas durante o diálogo interativo foram examinadas pelo Brasil e gozaram de seu apoio:

1. Continuar e intensificar os seus esforços para reduzir a pobreza e a desigualdade social (Bélgica);

2. Continuar o seu compromisso para resolver a questão do abuso de poder e uso excessivo da força (Gana);

3. Ao dar continuidade às suas iniciativas positivas, deve investir com mais rigor na avaliação dos resultados de atividades planejadas em muitas dessas áreas: condições

das prisões; sistema de justiça criminal; sistema de justiça juvenil; violência e assassinatos extrajudiciais cometidas por policiais militares estatais; a tortura; a proteção dos defensores de direitos humanos ; violência contra as mulheres; comunidades indígenas; violência rural e os conflitos agrários; trabalho infantil e escravo; impunidade daqueles envolvidos em tráfico de pessoas e corrupção (Reino Unido);

4. Intensificar os esforços para garantir segurança aos defensores de direitos humanos e reforçar a cooperação com todos os interessados, em particular, com os estados e os policiais militares (Bélgica);

5. Considerar mais profundamente as questões de violações de direitos humanos dos povos indígenas, a falta de segurança pública, e as condições de detenção precárias (República da Coreia);

6. Tomar medidas para melhorar as condições de prisão e implementar as recomendações feitas pelo Comitê contra a Tortura e pelo Comitê de Direitos Humanos (Alemanha);

7. Envidar maiores esforços em relação aos sistemas prisionais em vários estados da federação a fim de os transformar em centros de reabilitação (Uruguai);

8. Ampliar o acesso à justiça bem como melhorar o sistema judicial (México);

9. Implementar o mais cedo possível a iniciativa de tratar sérios abusos de direitos humanos nos termos de Lei Federal, se ainda não o tiver feito (Holanda);

10. Fazer o seu melhor para garantir que o Congresso aprove a lei sobre o acesso à informação pública aos cidadãos (Peru);

11. Continuar seu compromisso com o programa de reforma agrária (Gana);

12. Proceder em ritmo mais acelerado com a reforma agrária em áreas remotas por meio de políticas públicas voltadas para melhorar a vida dos afrodescendentes e das minorias (Nigéria);

13. Reconhecendo o papel pioneiro do Brasil no desenvolvimento de biocombustíveis com base em produtos agrícolas não-comestíveis, incrementar tal experiência e preservar o direito à alimentação (Argélia);

14. Incentivar a criação de uma instituição nacional em conformidade com os Princípios de Paris (México);

15. Integrar a perspectiva de gênero no processo de acompanhamento da RPU (Eslovênia).

84. Todas as conclusões e/ou recomendações contidas neste relatório refletem a posição do(s) Estado(s) que a(s) submeteu(eram) e/ou do Estado sob revisão. Elas não devem ser interpretadas, como aprovadas pelo Grupo de Trabalho, como um todo.

IV. COMPROMISSOS VOLUNTÁRIOS DO ESTADO SOB REVISÃO

85. Com a intenção de reforçar a eficácia da cooperação com o sistema das Nações Unidas e com o objetivo de melhorar as suas políticas nacionais, o Brasil reforçou o seu compromisso de criar novas ferramentas para o monitoramento interno dos direitos humanos. Isto inclui um sistema nacional de indicadores de direitos humanos e a elaboração de relatórios anuais sobre a situação dos direitos humanos, tendo em conta, entre outros aspectos, a continuidade do exercício da RPU.

Anexo

Composição da Delegação

A delegação do Brasil foi chefiada pelo Sr. Rogério Sottili, Chefe da Delegação, Secretário Executivo da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, e composta por 16 membros:

Sr. Sérgio Abreu e Lima Florêncio, Embaixador, Representante Adjunto do Brasil junto às ao Escritório das Nações Unidas em Genebra;

Ministra Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, Diretora Geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Ministério das Relações Exteriores;

Sr. Rolf Hachbart, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

Sr. Pedro Abramovay, Subsecretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça;

Sra. Rosilene Rocha, Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

Conselheira Márcia Maria Adorno Cavalcanti Ramos, Chefe da Divisão dos Direitos Humanos, Ministério das Relações Exteriores;

Sra. Ana Paula Gonçalves, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;

Sra. Márcia Canário, Secretária Especial de Promoção a Igualdade Racial da Presidência da República ;

Secretária Luciana Rocha Mancini, Missão Permanente do Brasil junto ao Escritório das Nações Unidas em Genebra;

Secretária Silviane Tusi Brewer, Missão Permanente do Brasil junto ao Escritório das Nações Unidas em Genebra;

Secretário Murilo Vieira Komniski, Missão Permanente do Brasil junto ao Escritório das Nações Unidas em Genebra;

Secretário Thiago Melamed de Menezes, Secretária Especial de Direitos Humanos da Presidência da República ;

Secretária Melina Espescht Maia, Divisão de Direitos Humanos, Ministério das Relações Exteriores;

Sra. Mariana Bertol Carpanezzi, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;

Sra. Clara Solon, Divisão de Direitos Humanos, Ministério das Relações Exteriores.